



V ENJIE

Encontro Nacional de Jovens
Investigadores em Educação

Livro de Atas

Ficha Técnica

Título: Livro de Atas do V ENJIE: Investigação em Educação e Responsabilidade Social - vozes dos jovens investigadores

Organizadoras: Maria Helena Araújo e Sá & Lina Morgado

Design e paginação: Joana Pereira

Editora:

UA Editora

Universidade de Aveiro

Serviços de Documentação, Informação Documental e Museologia

1ª edição - fevereiro 2022

ISBN: 978-972-789-731-5

DOI: <https://doi.org/10.48528/tr7a-j538>

Os textos desta publicação são decorrentes dos resumos apresentados pelos autores durante V Encontro de Jovens Investigadores em Educação, publicados no Livro de Resumos disponível em https://enjie.pt/2021/wp-content/uploads/2021/04/V-ENJIE_Layout-livro-resumos_VF_compressed.pdf, e foram revistos e aprovados por pares. As versões finais são da inteira responsabilidade dos seus autores.

Financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UIDB/00194/2020 e UIDP/00194/2020, UIDB/04372/2020 e UIDP/04372/2020

A COLABORAÇÃO ENTRE PROFESSORES, EM TEMPOS DE MUDANÇA – UM ESTUDO DE CASO NO ALENTEJO

Fernanda Lota Guia

Universidade de Évora
D44725@alunos.uevora.pt

Isabel Fialho

Universidade de Évora
ifialho@uevora.pt

Resumo

A presente comunicação surge no âmbito de uma Tese integrada no programa de Doutoramento em Ciências da Educação.

Os referentes enquadradores da política educativa apontam para a necessidade de se promover nos alunos as áreas de competências do pensamento crítico e do raciocínio e resolução de problemas, essenciais ao exercício de uma cidadania interveniente e informada, bem como para a valorização de perspetivas incentivadoras do trabalho colaborativo entre os professores, ao nível do planeamento, implementação de práticas e avaliação.

Compreender a contribuição do trabalho colaborativo entre professores na melhoria das suas práticas pedagógicas e nas aprendizagens dos alunos, através dos Domínios de Autonomia Curricular, nas disciplinas de Ciências Naturais e de Físico-Química, no 3.º Ciclo do Ensino Básico, é o objetivo geral desta investigação.

Com o intuito de responder ao objetivo traçado, esta investigação insere-se num paradigma interpretativo que, segundo (Erickson, 1986, p.119) “coloca o interesse central no significado humano da vida social e na sua elucidação e exposição por parte do investigador”. A presente investigação conduz-nos a uma abordagem mista (quantitativa/qualitativa), uma vez que, de acordo com Guba e Lincoln (1998), tanto os métodos quantitativos como os métodos

qualitativos podem ser apropriadamente usados em qualquer paradigma. Quanto à modalidade de investigação, será um estudo de caso sem intervenção do investigador. “Delimitar o caso” é para Yin (2010) uma etapa essencial no estudo. Assim, afigura-se como critério de seleção do caso, duas professoras que lecionam Ciências Naturais e Físico-Química, no 3.º Ciclo do Ensino Básico, num Território Educativo de Intervenção Prioritária, no Alentejo e que aderiu à experiência de Autonomia e Flexibilidade Curricular. No atinente à técnica de recolha de dados, prevê-se a análise documental; a realização de entrevistas semiestruturadas; a observação de aulas e a construção de um instrumento para avaliação dos Domínios de Autonomia Curricular.

As fontes de recolha de informação possibilitam a triangulação dos dados, com o intuito de procurar o que há de significativo e relevante de acordo com o objetivo da nossa pesquisa. Acreditamos que o princípio da responsabilidade social começa na educação e, ao mesmo tempo, esperamos que esta comunicação enforme um momento de partilha de um percurso investigativo também ele assente em trabalho colaborativo.

Palavras-chave: Trabalho colaborativo; prática pedagógica; interdisciplinaridade; ciências; 3.º ciclo.

Introdução

A complexidade do mundo atual determina a agenda da política educativa nacional. Todo o quadro legal, através dos instrumentos enquadradores de referência, aponta para uma lógica de corresponsabilização que deverá suportar-se numa cultura e em metodologias de trabalho colaborativo, que permitam mudanças nas práticas pedagógicas dos professores e sucesso educativo aos alunos. Tal como o previsto no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, a flexibilidade na gestão integradora das atividades de aprendizagem pode concretizar-se nos Domínios de Autonomia Curricular (DAC), os quais constituem uma opção de trabalho interdisciplinar, através da combinação total ou parcial de componentes do currículo.

Interessa-nos compreender a partir de uma abordagem qualitativa a contribuição do trabalho colaborativo entre professores na melhoria das suas práticas pedagógicas e nas aprendizagens dos alunos, através de propostas de tarefas comuns (DAC), nas disciplinas de Ciências Naturais e de Físico-Química, no 3.º Ciclo do Ensino Básico.

A investigação que nos propomos realizar visa a compreensão de uma realidade concreta e o nosso enfoque incide, sobretudo, no

trabalho colaborativo entre os professores. Pretende-se não o circunscrever apenas a questões de ordem técnica e didática, mas abarcar também as de natureza contextual e experiencial, como forma de entender as mudanças que os DAC estão a operar na organização e na gestão do trabalho curricular, de modo a criar condições à exploração da interdisciplinaridade e à sua reflexão.

Neste sentido, compreender a contribuição do trabalho colaborativo entre professores na melhoria das suas práticas pedagógicas e nas aprendizagens dos alunos, através da proposta de tarefas comuns, nas disciplinas de Ciências Naturais e de Físico-Química, no 3.º Ciclo do Ensino Básico, é o objetivo geral desta investigação.

A planificação e a organização de tarefas interdisciplinares, numa linha de trabalho colaborativo, podem reorientar a prática do professor, as suas interações em sala de aula e melhorar a aprendizagem dos alunos ao nível da literacia científica. Esta problemática faz emergir os seguintes objetivos:

1. Identificar as características principais dos DAC;
2. Identificar indicadores de qualidade para avaliar os DAC;
3. Compreender o processo de planeamento, implementação e avaliação dos DAC;
4. Conhecer os fatores críticos vs. potencialidades no planeamento, nas tarefas e na avaliação dos DAC, entre as duas disciplinas;
5. Perceber como os intervenientes (professores e alunos) avaliam o efeito (impacto) dos DAC no ensino e na aprendizagem;
6. Conhecer boas práticas ao nível do trabalho colaborativo e da interdisciplinaridade nos DAC em estudo.

Num primeiro momento, enquadraremos teórica e sumariamente as temáticas que sustentam a nossa pesquisa. De seguida, apresentaremos as opções metodológicas tomadas. Por fim, o ponto de situação que esperamos contribua para partilhar e produzir conhecimento neste domínio da Educação.

Contextualização teórica

A colaboração entre os professores surge como uma das soluções para efetuar mudanças educativas com sucesso. Com o intuito de

conhecer outras investigações no contexto do trabalho colaborativo, da autonomia, flexibilidade e gestão curricular e de uma nova organização pedagógica da escola, foi realizada uma pesquisa em diferentes repositórios, bem como de todo o enquadramento legal em vigor.

Hargreaves (1998) refere mesmo que “um dos paradigmas mais prometedores que surgiram na idade pós-moderna é o da *colaboração*” (p. 277) e sublinha as inúmeras vantagens da colaboração docente na reestruturação e desenvolvimento educativo, explanando alguns dos benefícios resultantes dessa colaboração, tais como: determinação em agir, eficiência acrescida, eficácia melhorada, sobrecarga de trabalho reduzida, perspectivas temporais sincronizadas, capacidade e reflexão acrescida, oportunidades de aprendizagem, aperfeiçoamento contínuo, entre outras (p. 278).

Para Canavarro e Abrantes (2003, citada por Canavarro, 2003),

estender o trabalho colaborativo para dentro da sala de aula poderá trazer vantagens aos professores, nomeadamente na experimentação de novas tarefas em que se poderão ajudar mutuamente e na respectiva reflexão posterior, que pode ser enriquecida com o contributo directo dos colegas que partilham a concepção das situações (p. 610).

Na perspetiva de Boavida e Ponte (2002, p. 3), “a colaboração docente estabelece-se entre professores que trabalham conjuntamente, (...) em que existe ajuda mútua e em que todos trabalham para atingir objetivos comuns e que a todos beneficiam, isto é, a colaboração não é um fim em si mesma, mas sim um meio para atingir certos objectivos”.

Leite (2015) define o conceito de trabalho colaborativo para o coletivo escolar, “como trabalho em conjunto (dois ou mais sujeitos), com benefício para o desenvolvimento profissional dos envolvidos, visando o alcance do seguinte objetivo comum: a formação integral dos estudantes, em que a aprendizagem e a ampliação do êxito são as metas” (p. 218).

Com o alargamento da escolaridade obrigatória ao término do ensino secundário, o Ministério da Educação produziu um documento de referência, o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, aprovado pelo Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho. Documento esse que veio introduzir e acentuar, na nossa ótica, a necessidade de alterar o desenho curricular e, conseqüentemente, na linha do preconizado pelos citados autores, as práticas pedagógicas.

Foi durante o ano letivo de 2017/2018 que, ao abrigo do Despacho n.º 5908/2017, de 5 de julho, se desenvolveu o Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC), em regime experimental. Como

refere Cosme (2018), a publicação subsequente do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho veio permitir alargar e

institucionalizar o PAFC, [o que] nos instiga a refletir, em conjunto e de forma séria, sobre os desafios, as exigências e as implicações de um projeto que conduz as escolas e os professores não só a assumirem decisões curriculares capazes de suscitar um trabalho de formação culturalmente significativo como, consequentemente, a investirem noutros modos de organizar os espaços e os tempos de trabalho (p.7).

A autora salienta a “margem de autonomia que as escolas passam a dispor para gerir o currículo, os Domínios de Autonomia Curricular (DAC) e o projeto de cidadania” (p. 8) e prossegue explicitando que o PAFC “vem propor uma outra forma de conceber os atos de ensinar e de aprender” (p. 10).

O referido Decreto-Lei consigna no art.º 3.º o que se entende por DAC

áreas de confluência de trabalho interdisciplinar e ou de articulação curricular, desenvolvidas a partir da matriz curricular-base, tendo por referência os documentos curriculares, sendo, para o efeito, convocados, total ou parcialmente, os tempos destinados a componentes do currículo, áreas disciplinares e disciplinas (Decreto-Lei n.º 55/2018).

Aceção esta que implica uma significativa alteração na gramática escolar em torno da intencionalidade educativa, dos métodos de ensino e dos ambientes de aprendizagem.

No entendimento de Cohen (2018), os professores “agentes principais do desenvolvimento do currículo” (p.16) ganham maior relevância com a gestão e lecionação interdisciplinar e articulada do mesmo, consubstanciada no trabalho colaborativo efetuado por equipas educativas a três níveis: planeamento, realização e avaliação.

Para Trindade (2018), num projeto interdisciplinar as atividades são “abordadas em função de problemas e de questões relevantes que, sem desprezar os conteúdos, permitam que estes sejam mobilizados de forma contextualizada e intencional” (pp.23-24).

Da produção legislativa, ao nível do currículo, o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, as Aprendizagens Essenciais para os ensinos básico e secundário e o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, estabelecem referenciais para a flexibilização e autonomia, com implicações não só conceptuais e políticas, mas também eminentemen-

te práticas. Constituem, por um lado, uma visão agregadora daquilo que o sistema educativo e a sociedade (porque são indissociáveis) esperam do desempenho dos alunos, e, por outro, abrem diversas oportunidades para os professores efetuarem escolhas e tomarem decisões face à gestão do currículo.

Em síntese, trabalhar colaborativamente assume-se como um aspeto fundamental no exercício de uma cidadania participativa e crítica, pelo que se compreende, no atual contexto educativo, a relevância de aprofundar esta problemática.

Metodologia

A legitimação deste estudo surge pela observação de práticas pedagógicas, enquanto inspetora na Inspeção-Geral de Educação e Ciência (IGEC) e no âmbito das diversas atividades que desenvolvo, designadamente a Avaliação Externa das Escolas, na qual tenho constatado que os professores trabalham em conjunto, mas nem sempre trabalham em colaboração.

Os resultados de testes internacionais (PISA, TIMMS e PIRLS) revelam que o insucesso escolar tem diminuído (Justino & Santos, 2017), contudo, este é, ainda, um dos aspetos críticos do sistema educativo português. Por isso, no atual contexto, os referentes enquadradores da política educativa apontam para a necessidade de se promover nos alunos as áreas de competências do saber científico, do pensamento crítico e do raciocínio e resolução de problemas. Áreas estas essenciais ao exercício de uma cidadania interveniente e informada e à valorização de perspetivas incentivadoras do trabalho colaborativo entre os professores ao nível do planeamento, implementação e avaliação para o aumento da literacia científica e salvaguardando o acesso, de cada um e de todos, a uma educação de qualidade.

Pelo anteriormente exposto, esta investigação integra-se num paradigma interpretativo que, segundo (Erickson, 1986, p.119) “coloca o interesse central no significado humano da vida social e na sua elucidação e exposição por parte do investigador” e, nesta linha, “o que torna um estudo interpretativo é uma questão de foco substantivo e intenção, e não uma questão de procedimentos para a recolha de dados” (Erickson, 1986, p.120).

A necessidade de se encontrarem respostas que se adequem à presente investigação conduz-nos a uma abordagem mista (quantita-

tiva/qualitativa), uma vez que, de acordo com Guba e Lincoln (1998), tanto os métodos quantitativos como os métodos qualitativos podem ser apropriadamente usados em qualquer paradigma.

Interessa-nos a perspetiva de Stake (2009, p. 149) quando afirma que “o estudo de caso qualitativo é uma investigação altamente pessoal. As pessoas estudadas são estudadas em profundidade. (...) A qualidade e a utilidade da investigação não se baseiam na sua reprodutibilidade, mas no facto de os significados gerados pelo investigador ou pelo leitor serem valorizados”.

Quanto à modalidade de investigação será um estudo de caso, sem intervenção do investigador (não controlo do objeto; observação não intrusiva; análise acontecimentos e fenómenos existentes; descrição). Como explicita Stake (2007, p. 18), “o caso é uma coisa específica, uma coisa complexa e em funcionamento”. Neste sentido, e corroborando Merriam (1988) o que caracteriza os estudos de caso qualitativos é a descoberta de novas compreensões, relações e conceitos, mais do que verificação de hipóteses pré-determinadas.

A opção por esta modalidade de investigação faz incidir o nosso estudo na compreensão de um fenómeno, que se alicerça essencialmente nas perguntas “como” e “porquê” (Yin, 2010, p. 30), sobretudo porque “a força exclusiva do estudo de caso é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências” (Yin, 2010, p. 32), alicerçando-se no que é idiossincrático de cada contexto.

“Delimitar o caso” é para Yin (2010) uma etapa essencial no estudo. Assim, tendo em conta o referencial teórico sobre o qual se pretende trabalhar e sumariamente exposto, afigura-se como critério de seleção do caso, duas professoras que, respetivamente, lecionam Ciências Naturais e Físico-Química, no 3.º Ciclo do Ensino Básico, e exercem funções no mesmo Agrupamento de Escolas, localizado num Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP), no Alentejo, que aderiu à experiência de Autonomia e Flexibilidade Curricular.

Para Arksey e O'Malley (2005) “o pesquisador pode não desejar impor limitações estritas aos termos de pesquisa, identificação de estudos relevantes ou seleção de estudos desde o início. O processo não é linear, mas interativo, exigindo que os pesquisadores se envolvam com cada estágio de maneira reflexiva e, quando necessário, repitam as etapas para garantir que a literatura seja abordada de maneira abrangente” (p. 8).

No atinente a técnicas de recolha de dados, no âmbito da investigação qualitativa, recorreremos à utilização de diversos instrumentos

e técnicas: conversas informais, análise documental, entrevistas, observação de aulas e aplicação de inquéritos por questionários.

A nossa investigação decorre em dois momentos-chave: o estudo exploratório e o estudo de caso.

Quanto ao estudo exploratório visa encontrar categorias e indicadores de qualidade para a construção de um instrumento que permita a avaliação dos DAC, prevê-se a análise de vários tipos de documentos (planificações das aulas e de tarefas interdisciplinares, reflexões individuais, materiais produzidos colaborativamente e relatórios escritos).

No que concerne ao estudo de caso, como técnica de recolha de dados, projeta-se a realização de entrevistas semiestruturadas à diretora, às duas professoras (grupo focal 1), a seis alunos (grupo focal 2) - dois alunos de nível elevado de sucesso, dois alunos com nível médio de sucesso e dois alunos com nível baixo de sucesso nas disciplinas de Ciências Naturais e de Físico-Química; a observação de aulas com recurso a um guião de observação de práticas e, finalmente, a construção de um instrumento para avaliação dos DAC.

As fontes de recolha de informação enunciadas possibilitam a triangulação dos dados, com o intuito de procurar o que há de significativo e relevante, tendo em mente a sua relação com os objetivos da nossa pesquisa.

No quadro seguinte apresentamos uma síntese do projeto, relacionando as fases do trabalho com os objetivos, as técnicas de recolha e de análise dos dados.

Quadro 1 – Desenho Metodológico (*Fonte própria*)

TEMA	METODOLOGIA	OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO	PRODUTO
Trabalho colaborativo Interdisciplinaridade Cultura de Escola	Revisão Sistemática da Literatura		
DAC Um estudo exploratório na busca de indicadores de qualidade	Estudo exploratório Instrumentos/ Técnicas de recolha de dados: Análise documental – DAC Técnica de tratamento de dados	Identificar as características principais do DAC. Identificar indicadores de qualidade no DAC.	Instrumento para avaliação do DAC (categorias + indicadores de qualidade)

<p>DAC – Construção, implementação e avaliação</p>	<p>Estudo de Caso – observação, análise documental <u>Instrumentos/ técnicas de recolha de dados:</u> Questionário (professores) Obj: 03, 04 e 05 Entrevista semiestruturada (diretor) Obj: 03, 04 e 05 Entrevista semiestruturada grupo focal (2 professores) Obj: 03, 04 e 05 Entrevista semiestruturada grupo focal (6 alunos) Obj: 03, 04 e 05 Observação (não participante) da prática letiva Obj: 03 e 04 Análise doc. (atas, DAC, planificações e instrumentos de avaliação...) Obj: 04</p>	<p>Compreender o processo de planeamento, implementação e avaliação do DAC. Conhecer os fatores críticos vs. potencialidades no planeamento, nas tarefas e na avaliação do DAC, entre as duas disciplinas. Perceber como os intervenientes (professores e alunos) avaliam e valorizam o trabalho colaborativo desenvolvido em DAC na sala de aula. Conhecer boas práticas ao nível do trabalho colaborativo e da interdisciplinaridade no DAC em estudo.</p>	<p>Questionário</p> <p>Guiões das Entrevistas</p> <p>Guião de Observação</p>
---	---	--	--

Ponto de Situação

Tal como enunciamos todo o percurso investigativo tem sido efetuado com trabalho colaborativo entre um grupo de doutorandos na Universidade de Évora. Esta colaboração assenta numa efetiva partilha de leituras, na construção de instrumentos de registo, no debate sobre conceitos, metodologias e na construção de instrumentos de recolha de dados. Neste sentido, além de contrariar um percurso de alguma solidão, ao invés, tem ajudado na reflexão e, simultaneamente, a criar laços tão importantes para o desafio a que nos propusemos.

Parece-nos prematuro, à data deste Encontro Nacional, gizar quaisquer conclusões. Todavia, pelo conjunto de instrumentos já construídos, esperamos conseguir reunir informação pertinente no que concerne ao trabalho colaborativo, ao planeamento, implementação e avaliação dos DAC, bem como no respeitante à recolha de indicadores de boas práticas. Indicadores estes que se afiguram fulcrais na produção de conhecimento para construir um instrumento para avaliação de um DAC, por um lado e, por outro, para disseminar boas práticas numa perspetiva motivacional para os professores, numa linha de indubitável utilidade para a melhoria da educação que todos preconizamos.

Referências

- Arksey, H., & O'Malley, L. (2005). Scoping studies: Towards a methodological framework. *International Journal of Social Research Methodology*, 8(1), 19-32.
- Boavida, A. M., & Ponte, J. P. (2002). Investigação colaborativa: Potencialidades e problemas. *Reflectir e Investigar sobre a Prática Profissional*, (1), 43-55.
- Canavarro, A. (2003). *Práticas de ensino da Matemática: Duas professoras, dois currículos*. Dissertação apresentada na Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Doutor em Educação. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Carlinda Leite, C. L. (2015). O trabalho colaborativo nas políticas curriculares em Portugal na transição de séculos. *Educação Unisinos*, 19 (2) 217-227.
- Cohen, A. C., & Fradique, J. (2018). *Guia da autonomia e flexibilidade curricular*. Lisboa: Raíz Editora.
- Cosme, A. (2018). *Autonomia e flexibilidade curricular - propostas e estratégias de ação*. Porto: Porto Editora.
- Erickson, F. (1986). Qualitative methods in research on teaching. In M. C. Wittrock (Ed.), *Handbook of reserach on teaching* (pp. 119-161). Nova Iorque: MacMillan.
- Guba, E., & Lincoln, Y. S. (1998). Competing paradigms in qualitative research. In N. Denzin, & Y. Lincoln (eds), *The land scape of qualitative research: theories and issues* (pp. 195-219). Oaks: Sage.
- Hargreaves, A. (1998). *Os professores em tempos de mudança - o trabalho e a cultura dos professores na Idade Pós-Moderna*. Lisboa: McGraw-Hill de Portugal, L.da.
- Justino, D., & Santos, M. E. (2017). *Estado da Educação 2016*. Lisboa: CNE.
- Leite, C., & Pinto, C. L. (2015). O trabalho colaborativo nas políticas curriculares em Portugal na transição de séculos. *Educação Unisinos*, 19 (2), 217-227.

- Stake, R. E. (2007). *A arte de investigação com estudos de caso*. Lisboa: Gulbenkian.
- Trindade, R. (2018). *Autonomia, flexibilidade e gestão curricular: relatos de práticas*. Lisboa: Leya Educação.
- Yin, R. K. (2010). *Estudo de caso: planejamento e métodos (trad. Ana Thorell)*. Porto Alegre: Bookman.

Legislação consultada

- Despacho n.º 5908/2017, de 5 de julho** – Autoriza, em regime de experiência pedagógica, a implementação do projeto de autonomia e flexibilidade curricular dos ensinos básico e secundário, no ano escolar de 2017/2018.
- Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho** – Homologa o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
- Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho** – Define os princípios de organização do currículo dos ensinos básico e secundário.